

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 63ª
(SEXAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 02 DE AGOSTO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência retifica o resultado da votação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.076, de 2014, em 1º de agosto de 2017: o veto foi rejeitado com 14 votos contrários, 1 abstenção e 9 ausências.

Não havendo ainda número suficiente de Deputados para iniciarmos os Comunicados de Líderes, declaro suspensa a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 15h06min, a sessão é reaberta às 15h14min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Dando início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa reunida aqui de uma maneira tímida neste plenário, eu até vou usar a tribuna nos Comunicados de Líderes; não é muito do meu feitio tratar de assuntos relacionados ao meu mandato nos Comunicados de Líderes, todavia é algo que penso que aflige todo o Poder Legislativo do Distrito Federal e não especificamente o mandato do Deputado Cláudio Abrantes.

Não é segredo para ninguém, isto já foi noticiado nos jornais, na segunda-feira da semana passada, ou inclusive desta, não sei. Devido a tantos pedidos de tantos e tantos requerimentos de informação, Deputado Wasny de Roure, para este governo, e diante também de chegar até a ser descaso, Deputado Chico Vigilante, por não haver resposta do governo, eu me senti obrigado a cumprir o instituto da Lei Orgânica do Distrito Federal, representando ao Ministério Público por improbidade de alguns secretários deste governo que se recusam a responder requerimento de informação desta Casa. Inclusive nós temos requerimentos de informação de 2015 que ainda não foram respondidos, Deputado Wasny de Roure. Isso é grave! Não se pode brincar com o Poder Legislativo dessa maneira.

Mas, pensando que a coisa já era grave, ontem fui surpreendido ainda mais com o descaso deste governo para com o Parlamento, ou mesmo, espero que não seja, de retaliação ou de isolamento por não ser da Base do governo. Ontem, na parquial lá de Planaltina, uma escola tradicional na nossa cidade, Deputado Joe Valle, convocamos uma audiência pública, em que havia mais de 200 pessoas, para tratar, Deputada Telma Rufino, V.Exa. que também milita nessa pauta, da regularização fundiária de diversos bairros, de diversos setores de Planaltina que já estavam, por ocasião da exoneração do Dr. Palomo, com uma fase muito adiantada – isso foi em abril.

Então, de tanto a população cobrar, nós fizemos a audiência pública. A audiência pública não é do Deputado Cláudio Abrantes, ela é do Poder Legislativo, para dar resposta à população. E chamamos a Codhab. A Codhab simplesmente, como se diz no popular, Deputado Wasny de Roure, deu de ombros. O presidente da Codhab não compareceu, o Diretor de Regularização Fundiária de áreas de interesse social, que é o caso de Planaltina, não compareceu, mandaram um funcionário pelo qual tenho todo respeito, competente, dedicado, mas que não sabia absolutamente nada do assunto! E ele disse isto na audiência pública: "Olha, não sei de nada, estou voltando de férias e me colocaram aqui. Não estou sabendo de nada!". Mais de 200 pessoas lá, Deputado Joe Valle. A Administração Regional de Planaltina sequer mandou um funcionário! Além de o Administrador não ter ido, não foi um funcionário sequer da Administração Regional de Planaltina!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Ou seja, o Governo do Distrito Federal dá de ombros para o Poder Legislativo! Ignora o Poder Legislativo! A audiência pública é uma resposta para a população, e é um absurdo que gestores não reconheçam isso ou simplesmente não compareçam porque não gostam do Deputado a ou b, ou pior, que seja uma orientação do Palácio do Buriti para não dar vazão às ações de Deputados!

Então, só para já encaminhar porque eu já vou dizer quais serão as minhas ações. O presidente da Codhab e o Diretor de Regularizações Fundiárias não quiseram ir à audiência pública por convite, então tenho aqui em mãos, estou apresentando hoje, um requerimento de convocação desses dois senhores para a Câmara Legislativa. Se não querem vir por convite, que venham convocados, porque quero ver se vão recusar também uma convocação do Poder Legislativo!

Então não se pode, esta Casa não pode baixar a cabeça, esta Casa não pode se apequenar diante do governo! Os gestores são obrigados, sim, a estar presentes em audiências públicas, a prestar esclarecimentos para a população, não é para o Deputado. O Deputado é mero canal. Não pode a administração de Planaltina, a Codhab, não comparecerem a uma audiência pública.

Então, estão aqui os requerimentos de convocação que apresentarei à comissão da qual faço parte, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Deputado Cláudio Abrantes, primeiro eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Na nossa cidade, parece que o governo só governa para o Plano Piloto, área em que sempre há audiências. Inclusive, audiências de projetos que sequer se aplicam à área, como foi o caso da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Eu estive presente na audiência, foi no auditório do museu, e tive a oportunidade de dizer que o melhor local não era aquele, porque essa região do Plano Piloto não vai ser atingida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas as outras cidades serão.

Agora, o que V.Exa. traz para nós não é novidade. Isso tem ocorrido, e fui à última reunião de Líderes – o nosso Líder é o Deputado Ricardo Vale – atendendo a um convite do Presidente, face à temática de urgência que o GDF está vivenciado sobre a medida que vai ser sancionada nos próximos dias. É importante lembrar, Deputado, como eu lembrei na reunião, que quando o GDF tem urgência, esta Casa é extremamente prestativa em dar a urgência necessária, às vezes em matéria de empréstimo, convênios de ICMS, matérias que não vêm devidamente instruídas. Recentemente um projeto de lei aqui estava multiplicado por cem, eram medidas inteiramente incorretas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Sr. Presidente, o que o Deputado Cláudio Abrantes traz a esta Casa é extremamente grave. Eu considero extremamente grave esse descaso com que somos tratados. V.Exa. é testemunha de que ontem, no final da tarde, esta Casa promoveu uma reunião lá na Presidência da República, com o diretor da área jurídica da Casa Civil, para tratar da medida do PLS nº 130, que vai ser sancionado na próxima segunda-feira. E a Câmara votou ontem um projeto de lei. O GDF foi convidado a estar presente, e esteve presente porque a matéria interessava a eles. Ontem pela manhã V.Exa. chamou a reunião com o setor produtivo, com a presença do GDF.

Nós temos que entender que a cidade, os problemas da cidade são maiores do que os nossos mandatos de governador, de deputado, porque esses passam, mas os problemas continuam. Então, nós precisamos ter essa capacidade de entender que somente quando colaboramos mutuamente é que a cidade cresce, e a cidade espera isso. A Medida Provisória nº 759 nasceu lá no Congresso Nacional, foi para lá, foi votada, foi admitida aqui no Distrito Federal por decreto, e não por lei, o que é um absurdo, pois a matéria deveria vir a esta Casa e ser tratada na forma de lei, com o *status* devido à relevância da matéria.

Esse processo de apequenamento, de descaso com o Legislativo, de querer fazer do Legislativo só o momento que interessa, com aquelas urgências de votar projetos de orçamento, disso, daquilo outro, para poder resolver e aliviar o cenário de dificuldade, é uma demonstração, Sr. Presidente, que não vai fortalecer nem esta Casa nem o Buriti.

Nós temos que entender – eu concluo, Deputado Cláudio Abrantes, perdoe-me – que nós, Câmara Legislativa, Poder Executivo, Buriti, etc, estamos a serviço da nossa população. Estamos a serviço da nossa população! Eles são o bem maior desta cidade. É a nossa população! Portanto, eu felicito V.Exa. e lamento profundamente.

Eu tive recentemente uma experiência no Setor de Oficinas Sul, Deputado Cláudio Abrantes. Reconheço a qualidade dos técnicos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, mas é necessário que as autoridades estejam presentes. Eu conheço o presidente da Codhab, sei que é um arquiteto altamente conceituado e respeitado, tenho a maior admiração pelo Dr. Gilson Paranhos. Recentemente, nós fizemos uma visita a dois locais em Samambaia para conhecer situações dramáticas na Expansão de Samambaia e na 611. Tive um encontro com ele na administração, quando me disse: "Wasny, não posso acompanhá-lo, mas três técnicos irão, porque o Governador nos chamou". Eu entendo perfeitamente as escalas de prioridades e como elas são no poder. Lá estavam os servidores.

E não é uma situação de menor importância. Planaltina é uma cidade histórica e merece respeito por parte das nossas autoridades. Não foi o senhor quem foi desrespeitado, foi a cidade de Planaltina. Lamento profundamente essa omissão por parte das outras autoridades.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Perfeitamente, Deputado Wasny de Roure. Agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Realmente, o desrespeito é com a população, é com Planaltina, cidade que tem a parte maior, creio que 70%, de sua acomodação urbana em situação irregular. Esse processo de regularização já vem de um bom tempo, teve contribuição de vários e vários governos, até chegar a esse patamar de possibilidade de regularização. Infelizmente, foi desprezado esse instrumento, esse canal de diálogo com a população. Ou o governo pensa que audiência pública é prerrogativa só do Executivo?

Mais do que isso, Deputado Wasny de Roure, nós perdemos, como V.Exa. colocou muito bem – não só o GDF, a Câmara Legislativa –, o Estado perde um instrumento de conversar com a população em uma audiência pública, com mais de duzentas pessoas e situações graves. Nós temos denúncias de pessoas que foram lá dizer que a documentação havia sido extraviada na Codhab. Seria uma oportunidade de a Codhab dizer que não, que havia sido feito isso ou aquilo. Nós não podemos admitir isso em hipótese nenhuma.

Eu respeito muito a Codhab e o seu diretor, mas o meu mandato e a minha maneira de agir me impedem de agir na pessoalidade, mesmo admirando o trabalho do presidente da Codhab. Tenho, por dever de ofício, de fazer essa convocação, e já conto que está aqui o presidente da minha comissão, o nobre Deputado Bispo Renato Andrade, porque essa convocação é endereçada à nossa comissão. Não pode o Poder Executivo simplesmente ignorar uma audiência pública, da forma como foi. Isso é algo desrespeitoso. Se não vem pelo convite, volto a dizer, virá pela convocação. A não ser que queira incorrer em crime de responsabilidade, como é previsto no art. 101-A da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao dizer que a recusa ou a não participação, sem justificativa, em convocação para a Câmara Legislativa implica crime de responsabilidade.

Os elementos, na minha opinião, estão dados. Temos denúncias que precisavam ser esclarecidas, temos a política habitacional que precisava ser esclarecida, mas principalmente temos a ausência completa do Estado, quando ele deveria dar informações. Quem tem competência para dar informações, Deputada Telma Rufino, sobre questões de regularização fundiária, é o Executivo. Quando o Executivo não vai, ficam lá duzentas pessoas, a estrutura da Câmara Legislativa presente, o Deputado, que ali representa o Poder Legislativo, e o governo não comparece.

Estou apresentando, vou protocolar neste momento, os dois requerimentos de convocação, tanto do presidente da Codhab, quanto do diretor de regularização de áreas de interesse social, que deveriam estar presentes. Volto a dizer que o técnico que foi lá é uma pessoa de responsabilidade, respeitado, mas foi categórico ao dizer que não sabia nada do assunto. Ele ficava ao telefone, no whatsapp, tentando colher alguma informação da Codhab. Isso às 8, 9 horas da noite. Como

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				6	

pode um desrespeito desses com a população? Não posso agir na pessoalidade. Um dos princípios da administração pública é a impessoalidade, e o meu mandato me impõe isso, seja ele quem for. Mesmo tendo admiração pelo Paranhos, eu preciso e vou apresentar esse requerimento de convocação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Acho que V.Exa. tem toda razão nesse sentido. Na próxima reunião que tivermos – teremos uma reunião conjunta com o Governador –, colocarei na pauta essa questão, porque, em verdade, se um secretário, um diretor ou um presidente não atende ao chamado da Câmara, ele está seguindo o que o seu chefe costuma fazer. A gente fica muito perplexo com esse tipo de coisa, mas, infelizmente, tem sido uma realidade. Estamos buscando todos os mecanismos que temos e vamos colocar em prática tudo o que for necessário, dentro dos trinta dias regulamentares, com todos os processos que temos de improbidade. Isso, nós colocaremos em prática, porque não é a primeira vez que acontece. Já fizemos algumas audiências públicas importantes nesta Casa, em que os secretários não comparecem, não mandam seus representantes ou os representantes que mandam não conseguem minimamente representar as suas secretarias, e a população como um todo fica sem a informação necessária.

Espero o requerimento de V.Exa. Protocolado, daremos seguimento a ele. Se possível, votaremos hoje ainda, para que isso possa acontecer.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui procurado por alguns conselheiros do Conselho de Saúde do Distrito Federal e eles pediram que, nesta Casa, a gente criasse uma frente de defesa dos conselhos de saúde do Distrito Federal. Esses conselhos têm um papel muito importante, Deputado Joe Valle, no sentido de acompanhar e cobrar a gestão de saúde aqui no Distrito Federal. Todos nós sabemos que a saúde do Distrito Federal vai de mal a pior, cada vez mais. Esses conselhos precisam, evidentemente, de uma estrutura, de um apoio do próprio Estado para acompanhar essa gestão e ajudar a melhorá-la. A gente sabe de casos de profissionais da saúde que fazem parte dos conselhos e sofrem ameaças, sofrem assédio moral por conta das críticas, das observações, da luta que fazem por uma saúde de qualidade melhor no Distrito Federal.

Então, eles pediram que a gente protocolasse isso. Estou passando aqui, agora, e colhendo as assinaturas. Alguns Deputados já estão assinando. Eu gostaria que essa frente fosse composta pelos 24 Deputados. Foi esse o compromisso que fiz com eles. Eu gostaria que todos assinassem. Eu ficarei como Presidente e a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Deputada Celina Leão, como Vice-Presidente. Foi um pedido deles, e gostaríamos que todos apoiassem. Esse é o primeiro ponto.

No segundo ponto, eu não poderia deixar de falar aqui sobre o que está acontecendo hoje no Congresso Nacional. O País inteiro, o mundo inteiro está de olho naquela votação, para saber se se vai ou não investigar o Presidente Temer. As primeiras notícias que chegam, a movimentação que a gente viu durante a semana é de que vai haver uma verdadeira manobra. O Presidente Temer já vem trabalhando, comprando uma série de Deputados, para que não haja o processo de investigação sobre ele. É um Presidente que talvez apenas 1% da população aprove. Talvez nem 1%, menos disso. É um cara que não tem a mínima condição de ser presidente do país. Um cara que foi pego articulando com o Joesley, da Friboi, um verdadeiro esquema de proteção a uma série de Parlamentares, principalmente ao Eduardo Cunha, comprovadamente um presidente corrupto, que recebeu dinheiro ilegal em várias situações de sua vida pública.

Espero que os nossos Deputados Federais, os nossos Senadores não façam isso com o País, que não deixem esse cidadão à frente do nosso país. Isso será muito ruim, pois o que ele traz de propostas e as reformas que ele apresenta são extremamente ruins para a classe trabalhadora. Ele já acabou com uma série de projetos sociais, inclusive já aumentando o índice de pobreza no Brasil. Temer é um desastre!

Desta tribuna, espero que os Deputados Federais tenham juízo, respeito e amor pelo País, que abram o processo de investigação e que esse cidadão deixe a Presidência urgentemente.

Eu não poderia deixar de falar sobre isso aqui. Que não haja, lá na Câmara dos Deputados, um acobertamento, que os Deputados não se vendam e que a gente possa, evidentemente, passar este país a limpo e construir um futuro melhor para esta nação.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Eu gostaria de encerrar os Comunicados de Líderes, em função de não mais termos Líderes presentes no nosso processo. Porém, antes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todas e a todos. Obrigado, Sr. Presidente. Serei muito rápido.

Ontem, por um compromisso que fiz com V.Exa., dada a necessidade de acelerarmos o processo de votação, acabei abrindo mão das minhas falas tanto de Líder, como de Parlamentar, porque tínhamos uma importante votação aqui na

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Câmara e uma reunião – graças a Deus – muito bem sucedida lá na Presidência da República.

Quero parabenizar V.Exa. e todos os Parlamentares – Deputado Wasny de Roure; Deputado Raimundo Ribeiro; o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Valdir Oliveira; o Secretário José Flávio – que nos acompanharam em uma reunião com o Subchefe da Casa Civil, Dr. Gustavo, e com o Dr. Erick Vidigal. Nessa reunião, conseguimos demonstrar – não é, Deputado Wasny de Roure? – a necessidade de o Distrito Federal ser beneficiado naquela situação fiscal que foi muito discutida. Fizemos aquilo que o Sr. Governador não tem habilidade para fazer.

Então, quero parabenizar a Presidência desta Casa e os Parlamentares pela condução. Brinquei aqui com o Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, que ontem ele bateu um escanteio, foi cabecear e, graças a Deus, o lance terminou em gol, porque deu tudo certo. Então, eu o parabenizo.

Ontem acabei abrindo mão – o Deputado Raimundo Ribeiro chegou a falar disto –, mas hoje eu não poderia deixar de falar que recebi de vários policiais a informação de que...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Ainda sobre esta matéria, eu gostaria aqui de registrar a relevância daquele debate ocorrido no dia de ontem, com o Dr. Gustavo, que é o Diretor Jurídico da Casa Civil, e com o Dr. Erick, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2014, que trata da questão tributária dos incentivos e benefícios fiscais, em que o Distrito Federal e outras unidades da Federação vêm sendo sistematicamente prejudicados. O artigo coloca a possibilidade do restabelecimento desse benefício de dez e quinze anos, dependendo da natureza da atividade, e convalida essa situação, além de eliminar a criminalização que tem ocorrido.

A receptividade, acho que cabe registrar... Ele não garantiu que vai ser sancionado pelo Sr. Presidente, mas foi textual quando disse que defenderia essa posição que interessa ao Distrito Federal tendo em vista o peso, a história e o compromisso que ele tem com esta cidade. Eu queria registrar isso porque ele fez questão de explicitar na reunião conosco e não pediu reserva.

A segunda questão: agradecer publicamente ao ex-Vice-Governador Tadeu Filippelli porque foi uma das pessoas que articulou a nossa ida lá, através da sua pessoa, como representante do PMDB aqui. Eu quero publicamente – acho que posso falar em nome do Presidente também – agradecer ao ex-Vice-Governador Tadeu Filippelli, que esteve aqui pela manhã atendendo a um convite desta Casa para nos ajudar nesse diálogo com o Governo Federal neste momento tão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

importante, quando deverá sancionar essa lei na próxima segunda-feira e não quinta-feira como havia sido informado.

Por último, quero registrar também os nossos cumprimentos ao setor produtivo, que está sendo acompanhado pelo Secretário Valdir e pelo José Flávio, que também esteve na audiência. Ele fez questão de registrar como eles estão se articulando para defender Brasília nesse momento. Além de estarem presentes ontem aqui, pela manhã, acompanham o processo do projeto. Eu queria registrar isso porque o dia de ontem foi bastante atípico em função dessa prioridade que foi pedida a esta Casa, e ela respondeu a bom tempo.

Muito obrigado. Parabéns, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu que agradeço, Deputado.

Talvez, Deputado, esse tenha sido o ponto alto. Ontem todas as questões partidárias foram colocadas de lado. V.Exa. lembrou muito bem o papel do presidente do nosso partido, ex-Vice-Governador Tadeu Filippelli. Tão logo foi solicitada a sua presença ele se colocou à disposição prontamente. Ninguém tratou partidariamente, pelo contrário, tecnicamente para encontrar uma solução para o Distrito Federal. Ele saiu daqui foi diretamente à Casa Civil, conseguiu uma reunião – é bom que se diga, Sr. Presidente – às 15 horas. Nós é que não pudemos estar às 15 horas em razão da sessão. Marcamos para as 17 horas. Foi um gesto de muita maturidade política e espero que sirva de exemplo ao Sr. Governador do Distrito Federal. Eu acho que o dia de ontem realmente, como bem lembrou o Deputado Wasny de Roure, foi um dia bastante produtivo.

Eu dizia aqui, Sr. Presidente, que recebi na segunda-feira, de vários policiais, números da violência no Distrito Federal. Há uma insistência do Governo do DF, através de seu gabinete e através da Secretaria de Segurança, em dizer que o DF vive um momento de segurança. Só no final de semana nós tivemos aproximadamente cem roubos a transeuntes em todo o Distrito Federal. Isso é um número jamais visto em todo DF. Então, quando nós deveríamos estar reduzindo o número da violência, estamos simplesmente aumentando-o. E nós estamos falando de roubos e não de furtos. O furto não dá mais nem para ser calculado.

Aliás, está acontecendo um fenômeno, Deputado Bispo Renato Andrade, no DF, que nós não conhecíamos. As pessoas já não têm ido mais às delegacias para registrar ocorrência, porque elas já começaram a não ter mais fé que a violência vai ser combatida. O governo não investe nos órgãos de segurança, o governo não tem poder de reação e nem permite que esses servidores possam fazer isso, porque ele tem uma ação intimidatória contra os policiais. Quando prende um cidadão que está provocando atentado ao pudor, ele pune o policial. E nós vimos posteriormente que o próprio Ministério Público se colocou ao lado da Polícia Militar. A Polícia Civil está acuada pela forma que esse governo está conduzindo a segurança pública. E pior, os números estão maquiados. Nós que somos pais e mães de família, é bom que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

saibamos muito bem onde e a que horas estamos deixando nossos filhos irem às ruas porque todos nós estamos à mercê da violência. E os números mostram isso. Não são os números que a Secretaria de Segurança está demonstrando não, são os números que sangram nas ruas, de verdade. Se alguém tem dúvida e coragem, que vá ao Recanto das Emas, ou a Santa Maria, ou ao centro de Brasília em determinado horário. Pergunta se o Governador tem coragem de ir sem segurança? Eu o desafio a fazer isso. Mande-o pegar o carro e fazer. O Arruda tinha essa mania de pegar a camionete dele e sair na rua. Vamos ver se Governador Rodrigo Rollemberg tem coragem? Jamais! Ele sabe o que deu ao Distrito Federal, ele sabe a omissão, a negligência, a covardia com relação à Segurança Pública do DF. É isso, e é bom que as pessoas saibam. Eu tive um irmão vítima de latrocínio, um pai vítima de tentativa de latrocínio, e sei o que isso significa. Se alguém quiser experimentar essa dor, não se cuide, entregue nas mãos desse Governador, entregue a vida da sua família nas mãos desse Governador. Temos que pedir a Deus que nos proteja porque se depender desse Governo, com certeza a violência vai tomar conta das nossas casas.

Sr. Presidente, fui lembrado aqui sobre a questão da corrupção no Governo Federal. Ontem, o Lula foi denunciado pela sexta vez. Deve ser pelos bons serviços prestados ao povo brasileiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje, com certeza, não são as farpas dos nobres Deputado Wellington Luiz e Deputado Ricardo Vale a respeito de Temer e Lula, mas duas coisas importantes eu gostaria de fazer menção nesta tarde.

Hoje o governador sancionou uma lei de minha autoria, a Lei nº 5.947, de 2017, que era um pleito antigo das instituições sociais e templos religiosos, e também da educação, que dispensa as pessoas físicas e jurídicas que gozam de imunidade tributária, de reiterar perante qualquer órgão, ou entidade da administração pública do Distrito Federal, o requerimento de benefício.

É um direito Constitucional, do art. 150 da Constituição, que os templos religiosos de uma maneira geral, partidos políticos, enfim, as escolas, as instituições sociais tenham o direito. Mas, infelizmente, o Governo do Distrito Federal não dava esse direito das igrejas, dos templos fazerem isso automaticamente, como determina a Constituição Federal.

Então, propusemos um Projeto de Lei, nº 1.470, traduzido nessa Lei nº 5.947, no qual passa a ser automática esta renovação da imunidade tributária para os templos religiosos. Mas, infelizmente, o governador vetou no que tange às instituições sociais.

Espero, Deputado Wasny de Roure, Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Israel, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Vigilante, Deputado Joe Valle, Deputada Telma Rufino, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rafael Prudente, que a gente possa derrubar o veto do governador aqui nesta Casa, especialmente naquilo que tange às instituições sociais.

Já que é um direito garantido pela Constituição, por que não o fazer valer aqui no Distrito Federal algo apenas administrativo? O governo, não vou dizer que foi este governo, os governos de Brasília até hoje criaram esse empecilho. Eu espero que, a partir de agora, a gente possa acabar como isso e ter o direito que é nosso. Mas, claro, se houver alguma alteração cadastral, os templos religiosos precisam comunicar isso à Secretaria de Fazenda.

Outro assunto que eu gostaria de falar, é de uma matéria do Portal Metrópoles – se não me falha a memória, desta semana -, que fala sobre a busca de uma filha por sua mãe que está desaparecida há trinta e três anos. Também, tem uma lei de minha autoria, Lei nº 5.537, de 08 de setembro de 2015, também sancionada pelo governador, que prevê que *todo site* do GDF tenha *links* para páginas com fotografias e dados das pessoas desaparecidas.

Infelizmente, até hoje, o governo não está fazendo cumprir essa lei que já foi sancionada por ele e que não é disponibilizada no *site*. E o que é pior: o próprio *site* no qual os internautas procuram alguma informação redireciona para outro *site* que também está desatualizado. Isso é muito importante que se fale porque os dados de pessoas desaparecidas no Distrito Federal são alarmantes. Em 2016 foram 2.910 pessoas desaparecidas; só este ano, de janeiro a julho, foram 1.477 pessoas desaparecidas. Então, a forma de podermos ajudar é pedir que o governo faça a parte dele. A lei está criada. Que o governo agora faça a parte dele disponibilizando nos *sites* do GDF o nome e a fotografia dessas pessoas desaparecidas, o que, com certeza, vai ajudar muito.

Faço o registro dessas duas leis. Graças a Deus, pelo empenho e pelo trabalho da nossa equipe, várias foram as leis aprovadas e sancionadas pelo Governador do Distrito Federal para que possamos trazer uma melhor qualidade de vida para as pessoas e um melhor atendimento àquilo que é um direito, como a Lei da Imunidade Tributária e como essa lei em que as famílias têm o direito de pelo menos contar com o Estado para procurar as pessoas que estão desaparecidas.

Quero agradecer então aos nobres pares que votaram comigo a lei da renovação da imunidade tributária. Muito obrigado a vocês e contamos... (Corte no microfone.) (Intervenção fora do microfone.) ... com a derrubada do veto (Volta do microfone.) ... naquilo que garante as instituições sociais.

Se eu fosse do governo, V.Exa. não teria cortado o meu espaço, só cortou porque sou da Oposição, mas V.Exa. é um nobre governista, Presidente Deputado Wellington Luiz.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Quando V.Exa. era da Oposição era mais bem tratado. (Risos.) Isso é para V.Exa. aprender a não abandonar os seus companheiros.

Obrigado, Deputado.

Encerramos os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, assessoria presente no plenário, os que nos ouvem, esta semana sai a publicação do índice de correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal. A fonte dos nossos números é a Secretaria do Tesouro Nacional. É importante destacar que nesses seis últimos meses, Deputada Luzia de Paula, houve um erro na contabilização das informações e esse erro, uma vez incorporado e feitas as devidas correções, fez com que esse índice viesse a ser reduzido. Então, é uma informação, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. que é policial e que lida com essa matéria permanentemente: o corretor do Fundo Constitucional deve se situar em torno de 4,76%.

Como eu disse, houve, na contabilização, um erro durante seis meses, que foi a diferença no cálculo da compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social e a contribuição de empregadores e trabalhadores para a seguridade social, o que superestimou as deduções e, conseqüentemente, afetou o procedimento de cálculo. Uma vez feita essa correção, chegamos a um patamar da ordem de 4, 76%, que razoavelmente vai se dar em um patamar ligeiramente superior à inflação ou um pouquinho inferior ao índice inflacionário. Então essa variação vai ser bem modesta do ponto de vista da sua recuperação em termos reais. Mas há, sem dúvida, um número positivo. O número é positivo, e isso, por si só, já é bastante relevante para nós, porque o Fundo Constitucional, mesmo em termos nominais, assim como em termos reais, vai ter um incremento para o ano de 2018. Essa correção, naturalmente, se reporta ao ano de 2018.

Qual é a nossa grande preocupação, Deputado Delmasso, que se preocupa um pouco com essa matéria das finanças? Nós temos defendido que o Governo do Distrito Federal – e isso foi colocado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – realize uma grande audiência para ouvir os pontos de vista do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Educação e da Saúde, refletindo como irá distribuir os recursos nas diferentes rubricas, seja custeio de pessoal, seja custeio de manutenção, seja investimento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

O que é importante destacar aqui, Deputado Ricardo Vale, é que, para o próximo ano, não poderá haver o fenômeno da pedalada, porque vai acontecer o encerramento de um mandato governamental e vai se inaugurar outro mandato ou haver a renovação desse. Essa mudança de gestão significa que não poderá ocorrer o fenômeno da pedalada. Consequentemente, Deputado Wellington Luiz – preste bem atenção –, a segurança pública deverá ter um reforço adicional para não incorrer no fenômeno da pedalada como incorreu em 2016 e como é bem provável que este ano incorra novamente. Só neste ano de 2017, nós temos a folha de dezembro de 2016, que está sobrecarregando o Orçamento deste ano. Portanto fica aqui o alerta. Eu ainda não fiz o cálculo de qual vai ser o valor do Fundo, mas é só multiplicar 1.0476, que a gente encontrará o novo valor do Fundo Constitucional que deverá ser redistribuído entre as diferentes áreas.

Por último, eu quero aqui registrar algo. O Deputado Wellington Luiz falou muito bem sobre este debate. Quero dizer a todos os colegas Deputados que eu espero que a proposta prevista no âmbito da lei federal com relação a essa questão fiscal que estamos discutindo nestes últimos dias, que permite que o Distrito Federal possa fazer uso da política de benefício de incentivos fiscais, seja no âmbito federal. Tendo a cobertura federal, nós poderemos gerenciar a questão de maneira bem mais responsável do que a modalidade ontem apreciada nesta Casa, porque essa proposição terá condições de ser mais bem instruída por parte das autoridades fiscais do Distrito Federal. Portanto, Sr. Presidente, é um período de enorme atenção e preocupação.

Eu quero alertar os colegas Deputados para o seguinte: a proposta do § 8º do art. 3º, que é o que nós estamos lutando para que seja sancionado, fez parte do projeto original em 2014, quando o Poder Executivo encaminhou para o Congresso Nacional a matéria. Isso é muito importante, porque o próprio Governo Federal, na origem do projeto, já teve a pretensão de resolvê-lo lá, quando enviou a matéria. Ocorre que, na Câmara dos Deputados, houve um retrocesso. O retrocesso foi, por pressão, sobretudo de São Paulo e outras unidades da Federação, Espírito Santo etc., a retirada desse parágrafo.

Portanto, o Senado, em bom tempo, retornou para que, então, nós possamos ter essa proposta na plenitude de uma lei federal. Eu a considero muito mais tranquila, muito mais em condições de ser trabalhada do que essa matéria que foi, de maneira tão açodada, encaminhada ontem para esta Casa.

Sr. Presidente, são essas as colocações que gostaríamos de deixar na tarde de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Parabéns pelo pronunciamento. Foi muito bem observada a questão do Fundo Constitucional. Graças a Deus, temos V.Exa. – um profundo conhecedor – de olho nisso, já que nós sabemos que esse governo nunca é bem-intencionado,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

principalmente naquilo que diz respeito às áreas de segurança pública, saúde e educação, sobretudo à segurança pública do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, na tarde de hoje, nesta quarta-feira, abordar dois assuntos.

O primeiro é um assunto que a mim é muito caro, que é a questão do combate ao cartel dos combustíveis. Nós, a população do Distrito Federal, assistimos, aliviados, com as denúncias que nós fizemos durante treze anos, à ação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Polícia Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e imaginamos que o cartel tinha acabado.

Eu disse aqui desta tribuna que eles poderiam se reorganizar e voltar, mas o grave é que agora eles voltaram mais fortes, com o apoio de um golpista que está no Palácio do Planalto, cuja única preocupação é prejudicar os trabalhadores. Afinal de contas, essa garfada que foi dada no bolso de toda a população brasileira, especialmente no da população do Distrito Federal, é muito grave, porque esse aumento é o maior aumento de combustível da história do Brasil. Desde que se comercializa combustível, esse foi o maior aumento, que abriu agora a oportunidade para os caras alinharem os preços novamente. Em todos os postos a que a gente vai, o preço está praticamente o mesmo, porque eles se realinharam no sentido de explorar a população.

Estou preparando uma série de ações para encaminhar para o Cade, para o Ministério Público, para a Polícia Federal e para o Procon do Distrito Federal, para voltarmos a enfrentar esses exploradores, porque não é possível eles continuarem fazendo a população do Distrito Federal de refém, no interesse da lucratividade fácil deles e agora apoiados pelo golpista Michel Temer.

Portanto, eu deixo aqui esta denúncia. Estou preparando as ações e não vou me calar frente a esse cartel desgraçado que tanto infelicita a nossa vida.

Segundo ponto: quero falar de um assunto que venho denunciando desde setembro do ano passado, Deputado Bispo Renato Andrade, que é o atraso do pagamento de trabalhadores terceirizados – vigilantes, merendeiras, trabalhadores da limpeza que prestam serviço ao Governo do Distrito Federal, mais precisamente à Secretaria de Educação e à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

No mês passado, atrasaram os salários de novo. Os vigilantes que prestam serviço na Secretaria de Saúde receberam no dia 15 quando tinham que receber no quinto dia útil. E agora já sinto que eles vão atrasar de novo. E, mais uma vez, os trabalhadores irão à greve. O sindicato dos vigilantes já comunicou oficialmente às empresas que prestam serviços à Secretária de Educação e à Secretária de Saúde que vai parar no dia 8 caso o pagamento não saia no quinto dia útil deste mês.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Os trabalhadores da limpeza também. Eu conversei há pouco com a D. Izabel, e ela também já comunicou à Secretaria de Educação, à Secretaria de Saúde e às empresas que prestam serviços de asseio e conservação naqueles órgãos que, no dia 8, caso não tenha saído o pagamento daqueles trabalhadores, eles irão paralisar as atividades mais uma vez. Têm todo o meu apoio e minha solidariedade.

Espero que o Governo do Distrito Federal reflita sobre o massacre que está sendo feito com esses trabalhadores e determine a essas empresas que paguem seu salário em dia, porque a única coisa que eles têm para se manter é o salário – suado, sofrido, e que não pode mais ter atrasos.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Quero concordar em parte com V.Exa., claro, principalmente no que diz respeito aos vigilantes.

Hoje, Deputado Chico Vigilante, inclusive, fiz questão de fazer menção a V.Exa. várias vezes: em uma reunião, recebi os familiares e colegas daquele vigilante que morreu na Candangolândia, vítima da violência e da falta de condições de trabalho – e também do estímulo desse governo. Eles reclamaram de atraso nos pagamentos, ou seja, não têm condições de trabalho e têm atraso nos pagamentos. Quer dizer, correm risco, literalmente, de morte. E, ao chegar o final do mês, acontece o que V.Exa. acabou de dizer aqui, que é o atraso no pagamento. Então, isso é inaceitável.

Está se iniciando agora um processo, e eu pedi a eles que conversassem com V.Exa. e com outros Deputados, como o Deputado Rafael Prudente, o Deputado Robério Negreiros, V.Exas. que são mais ligados a essa área, para que a gente possa ter uma reação ao lado deles contra todo esse desmando do Governo Rollemberg. Os postos estão sucateados, sem condições, e nós precisamos fazer alguma coisa e estar ao lado deles. Então, eu me coloco à disposição de V.Exa., que conhece bem, para que possamos lutar ao lado desses trabalhadores.

Parabéns pelo pronunciamento. Estamos à disposição desses trabalhadores, que agora, literalmente, começam a sangrar nas ruas, vítimas da violência.

Obrigado, Deputado.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro o meu boa-tarde a todos. Eu havia preparado o meu pronunciamento para ontem, Sr. Presidente, mas nós tínhamos uma importante votação para ser realizada, e por isso abri mão, mas o farei aqui na data de hoje.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Quero dizer a todos os presentes que, nesse nosso recesso, eu visitei algumas cidades. Prefiro ficar aqui em Brasília e colocar a agenda em dia. Visitei a cidade Estrutural, Samambaia, São Sebastião, Paranoá, Itapoã, Sobradinho I, Sobradinho II, Planaltina, Ceilândia, Samambaia, ou seja, visitei várias cidades, e aqui eu quero registrar algumas coisas que aconteceram.

Como já foi mencionado aqui pelo Deputado Julio Cesar, parabeno e agradeço o governo por ter inaugurado, na última semana, o Batalhão do Motopatrulhamento Tático, Deputado Ricardo Vale, que foi fruto de audiência pública em Samambaia, do nosso gabinete em conjunto com o gabinete do Deputado Julio Cesar. Nós tivemos também, no último final de semana, a inauguração do Campo do Rorizão. Nós também fizemos um pedido junto à Novacap, no ano passado, na reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para que fosse realizada essa reforma. Então nós tivemos mais esta satisfação: colocar dois times, o Botafogo-DF e o Samambaia, para fazerem esse jogo no último final de semana.

Nós tivemos uma excelente notícia para a população de Ceilândia. Aqui quero ressaltar o trabalho da Deputada Luzia de Paula na transformação da escola que, hoje, já tem um número, é a Escola Classe 68. No dia 14 de agosto – essa é a previsão que nos foi passada, não sei se mudaram a data – já está programado o início das aulas para aquela escola, que era um albergue. Isso foi fruto de uma audiência pública minha em conjunto com a Deputada Luzia de Paula.

Nós teremos também, através de emenda de nossa autoria, acredito que do Deputado Cláudio Abrantes também, a Vila Olímpica de Planaltina, Deputada Luzia de Paula, inaugurada no próximo dia 19 de agosto deste ano.

Ali tem um grande imbróglcio porque o Governador Arruda deixou a Vila Olímpica quase pronta, depois nós tivemos o Governador Wilson Lima que assumiu, depois o Rogério Rosso, quatro anos de Agnelo Queiroz, dois anos e meio de Governo Rodrigo Rollemberg, finalmente, nós teremos aí, promessa da Novacap confirmada ontem que, no dia 19 de agosto, este mês, nós teremos a inauguração da Vila Olímpica de Planaltina. Ela é a vila olímpica mais completa e a maior vila olímpica de todo o Distrito Federal.

Já foi dito pelo Deputado Chico Vigilante, já foi comentado também pelo Deputado Wellington Luiz e eu quero dizer também que nós, todos os meses, Deputado Wasny de Roure, dez dias antes da folha de pagamento, no quinto dia útil do mês, já começamos a nossa peregrinação.

Conversamos com o Governador, conversamos com o Secretário de Fazenda, com a Secretaria de Planejamento, com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Saúde que não atrasem os salários dos servidores terceirizados. Eu os chamo assim porque os vigilantes, os serventes de limpeza, os porteiros também servem ao estado, também servem ao público e não podem ser tratados de uma forma diferenciada pelo governo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

O governo vem fazendo um esforço muito grande para pagar os salários dos servidores públicos em dia e, às vezes, os servidores terceirizados saem prejudicados por, muitas vezes, executarem um serviço mais simples, mas que é um serviço fundamental à população, e recebem um salário pequenininho.

Já deixo claro aqui, Deputado Chico Vigilante, a grande chance de nós termos um atraso nos pagamentos que deveriam acontecer agora no quinto dia útil, eu tenho quase certeza. Infelizmente, tenho a informação de que não serão repassados esses salários.

Os servidores da limpeza da Secretaria de Educação receberam os salários na sexta-feira da semana passada, já era quase a virada do mês. Então eu faço um apelo ao Governador, aos Deputados da base para que, junto conosco, se encampem nessa luta, para não deixarem o governo atrasar os salários desses profissionais.

Foi muito bem lembrado aqui, Deputado Chico Vigilante, por V.Exa. que o governo, além de atrasar salários, quer trocar vigilantes por porteiros. Há uma grande mobilização no governo para transformar alguns desses importantes postos de vigilância, que são desarmados hoje, para vigilância desarmada. Não ser vigilância desarmada também, mas que contrate civis de portaria. Nós não vamos admitir, em hipótese alguma, que isso aconteça. Convido todos os Deputados a participarem dessa luta junto conosco. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre Deputado Rafael Prudente. Parabéns pelo pronunciamento. A gente espera realmente que o Sr. Governador tenha essa sensibilidade e não atrase o repasse, para que não haja aí, mais uma vez, o sacrifício desses trabalhadores na área da segurança.

Convido o Deputado Delmasso para fazer uso da palavra.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho a esta tribuna hoje, na realidade, dar uma continuidade ao meu pronunciamento de ontem quando disse que a classe política do Distrito Federal é toda responsável em administrar os serviços públicos do Distrito Federal.

Quando digo a classe política, digo o Governador, os secretários de estado, esta Casa, a Câmara dos Deputados por meio de seus representantes e o Senado Federal. Todos deveriam abraçar o setor produtivo como principal parceiro para enfrentarmos a crise econômica que vivemos na nossa cidade e também na nossa nação.

Ontem, reafirmei aqui a minha preocupação, Deputada Luzia de Paula, com o tamanho do índice de desemprego que a Capital da República, infelizmente, alcançou por causa de falta de incentivo ao setor que gera recursos e gera emprego, que é o setor produtivo desta cidade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Dando continuidade à minha fala, eu não poderia, Deputada Telma Rufino, apresentar só a problemática, como apresentamos ontem, Deputado Rafael Prudente, eu gostaria aqui de começar, e começo hoje, uma série de discursos apresentando algumas soluções inovadoras que o Distrito Federal poderia adotar e assim nós estaríamos muito à frente e mudando a modal econômica desta cidade.

Nós somos uma cidade conhecida como meramente administrativa. Na realidade, esse paradigma já foi quebrado a partir do momento do nascimento das cidades satélites. Hoje a cidade de Ceilândia é uma cidade que vive por si só. É uma cidade que cresceu. É uma cidade que se desenvolveu. É a maior do Distrito Federal e ela tem uma economia pujante. Tem uma grande economia naquela cidade. Da mesma forma, Taguatinga, Guará, enfim...

Nós precisamos, Deputado Wellington Luiz, entender e responder uma pergunta: Qual é a vocação econômica da Capital da República? A nossa vocação econômica não é meramente administrativa, porque vocação administrativa não gera riqueza. Aqui, Deputado Rafael Prudente, a maior arrecadação de impostos é realizada por empresas de prestação de serviços. Até porque essas empresas fazem contratos com a Esplanada e com o Governo do Distrito Federal e arrecadam seus impostos aqui na capital da República.

Mas até quando nós vamos balizar ou sustentar somente a arrecadação do Distrito Federal nas empresas de prestação de serviços que fazem um excelente trabalho nos órgãos nos quais são contratados? Por que nós não levantamos, na minha avaliação, a principal vocação da Capital da República, já que quando ela foi construída foi-se levantado isso que é a vocação, Deputado Lira, da parte logística do nosso País. Nós estamos praticamente no centro da nação. Nós aqui fazemos a intersecção com o lado do País que produz e também fazemos transferências de pessoas. E eu sempre digo que qualquer pessoa que saia do Oiapoque e queira ir ao Chuí passa pelo Distrito Federal.

Disso eu levantei a mim uma pergunta: O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços tem uma modalidade que o Distrito Federal, Deputado Wellington Luiz e Deputado Juarezão, poderia aproveitar justamente para afastarmos o fantasma da guerra fiscal que muitos governantes levantam que é a ZPE – Zona de Processamento Específico. E nós aqui temos uma vocação logística. Nós temos o segundo maior aeroporto de pouso e decolagens e o décimo aeroporto de decolagem de cargas do País. Isso é um contrassenso, porque em todos os países do mundo os aeroportos que são líderes de transporte de passageiros, são líderes também no transporte de cargas. Aqui eu quero sugerir ao nobre Secretário de Desenvolvimento Econômico que apresente junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços a proposta da criação de uma ZPE na zona aeroportuária do Distrito Federal. Por que nós não temos, Deputado Lira, um dos principais aeroportos de cargas do País? Porque se cobra mais imposto no Distrito Federal para fazer a transferência de cargas do que se cobra na cidade de Campinas. O maior aeroporto

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

de cargas deste País é o aeroporto – nada contra a cidade de Campinas –, de uma cidade do interior de São Paulo, que é a cidade de Campinas. Deputada Luzia de Paula, os impostos que são praticados lá foram estabelecidos por lei estadual. Na época o Governador Mário Covas enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo uma lei que dava tratamento diferenciado a todas as cargas que passavam pelo Aeroporto Viracopos. Por que não?

Espero que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico defina a zona aeroportuária do Distrito Federal, de Brasília, como Zona de Processamento de Exportação. Com isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós conseguiremos dar tratamento diferenciado àquela área, conseguiremos atrair as empresas de logística para o Distrito Federal, conseguiremos fazer com que toda a produção que saia do Norte para o Sul, que saia do Sul para o Norte e o Nordeste, passe pelo Distrito Federal. Aqui nós já temos um atrativo, Deputada Telma Rufino, que é o incentivo do querosene, e, salvo engano, posso estar errado na minha avaliação, quem deu esse benefício foi o Governador Agnelo Queiroz.

Por que não trazermos a esta Casa uma discussão que leve à transformação do aeroporto de Brasília, do Aeroporto Juscelino Kubitschek, não do aeroporto, mas da zona aeroportuária em Zona de Processamento de Exportação? Quando eu levei essa ideia no ano passado a um seminário de que participei com as maiores empresas aéreas do mundo, quando apresentei essa proposta numa fala – não estava dando palestra, estava como participante –, todas as empresas aéreas se interessaram por dois motivos: primeiro porque, como o Distrito Federal é considerado o maior *hub* do País, haveria diminuição nas operações de transporte de cargas aqui no Brasil. Quais seriam os benefícios? O primeiro benefício é a geração de empregos. Se nós conseguíssemos trazer toda a parte de carga aérea, e não estou dizendo que eles vão sair de Campinas para Brasília, se todas as empresas aéreas do mundo, ou as maiores, abrissem aqui um *finger* e considerassem Brasília como um polo logístico, Deputado Lira, só isso, só essa movimentação já geraria 35 mil empregos diretos. Nós temos no DF mais de 200 mil desempregados, enquanto isso.

Quero aqui lançar o desafio, desafio a todos aqueles que amam Brasília, a todos aqueles que amam esta cidade, de juntos levarmos essa solução ao Secretário de Desenvolvimento Econômico. Infelizmente a Câmara Legislativa não pode ter a iniciativa dessa proposição, Deputado Wellington Luiz. Se nós pudéssemos apresentar um projeto de lei sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação, tenho certeza de que todos os Deputados iriam assiná-lo. Mas queria fazer o desafio a todos nós de, quando encontrarmos o Secretário de Desenvolvimento Econômico, lhe pedir que abra esse processo no Ministério da Indústria e do Comércio.

Começamos a discussão de transformar a zona aeroportuária de Brasília em Zona de Processamento de Exportação no âmbito federal com o objetivo de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				20	

atrainhos as empresas de logística do País e gerarmos emprego e renda. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso. Não tenha dúvida de que, se esse instrumento pudesse ser por nós apresentado, já o teríamos feito. Como alguns se omitem, alguém precisa fazer, mas existem os limites legais e temos que respeitá-los.

Quero cumprimentar a nobre Deputada Luzia de Paula e convidá-la a fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados aqui presentes, imprensa, assessores, público em geral, em artigo que escrevi e publiquei em fevereiro de 2013 já alertava sobre a ditadura do bolivarianismo implementada por Hugo Chávez na Venezuela e seguida à risca por seu herdeiro, Nicolás Maduro, após a morte do seu mentor há quatro anos.

O golpe mais recente imposto à democracia foi a aprovação da nova assembleia constituinte realizada no último dia 30 de julho de 2017. Essa constituinte terá poderes, por exemplo, para reformar a Carta Magna do país para eliminar a imunidade parlamentar dos atuais deputados e intervir em instituições como o Ministério Público. Esse atentado à democracia tem sido condenado com veemência pela comunidade internacional.

Nesta semana, o Itamaraty emitiu nota, em nome do governo brasileiro, na qual afirma que a iniciativa do governo de Maduro viola o direito ao sufrágio universal, desrespeita o princípio da soberania popular e confirma a ruptura da ordem constitucional na Venezuela.

O regime em vigor no país vizinho nada mais é do que um sistema comunista disfarçado de pseudossocialismo que seus líderes querem espalhar por toda a América Latina, sobretudo os países sul-americanos, a exemplo do que já ocorreu com a Bolívia e o Equador.

No Brasil, essa doutrina dita revolucionária atraiu governos recentes e se infiltrou em partidos de esquerda e também nas universidades, em sindicatos, nas igrejas, no MST e até chegou a enganar parte da população que não estava devidamente esclarecida sobre seus efeitos nefastos.

Maduro e seus aliados se autodeclararam "bolivarianos". Esse regime deturpou os ideais do líder latino-americano Simón Bolívar, que morreu em 1830. Bolívar atuou de forma decisiva para a independência da Venezuela, seu país natal, Colômbia, Panamá, Peru, Equador e Bolívia em relação ao império espanhol. Considerado herói revolucionário em função de sua atuação militar e política na emancipação dos países latino-americanos, ficou conhecido como "O Libertador". Liberdade essa que não se

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

vê na Venezuela, nem de expressão, nem de manifestação, nem de imprensa. É dele a frase: "O sistema de governo mais perfeito é aquele que produz a maior quantidade de felicidade possível, maior quantidade de segurança social e maior quantidade de estabilidade política." Nesse caso, como afirma a jornalista peruana Marie Arana, ser bolivariano seria defender a educação, a liberdade, a ética, a equidade social e o esclarecimento do homem.

Seu ideal era de união. E não é o que se vê hoje na Venezuela, um país dividido, que expulsa seus próprios cidadãos, sem empregos, sem remédios, sem comida e sem perspectivas de melhorar suas condições de vida. Onde os opositores são duramente reprimidos, presos, condenados ou até mesmo mortos.

O Brasil tem herdado os problemas provocados por Maduro. Neste ano, nosso país tem recebido uma verdadeira avalanche de pedidos de refúgio de venezuelanos, que, além de enfrentar uma grave crise econômica, são vítimas de perseguição devido a suas opiniões políticas. Até maio, foram quase 4 mil, segundo o Ministério da Justiça. Para se ter uma ideia, em todo o ano de 2015, foram 829 solicitações. Na última segunda-feira, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou que todos os ativos financeiros de Maduro, que estejam sujeitos à jurisdição norte-americana, estão congelados e todos os cidadãos americanos estão proibidos de fazer negócios com ele.

Defendo que o Brasil também promova essas sanções, não só contra Maduro, mas contra todos os integrantes de seu regime ditatorial. Indignação só não basta. Somente ações concretas podem contribuir para restaurar a democracia do país vizinho. Hoje, lá no estado que divide o Brasil com a Venezuela, o Amapá, milhares e milhares de venezuelanos procuram o Brasil em busca de emprego, em busca de médicos, enfim, de respaldo para poder sobreviver, enquanto no seu país são perseguidos e mortos, como falei há pouco. O Brasil não pode se omitir de tudo isso. Tem que se manifestar, não apenas para dizer que é contra essa constituinte fajuta que Maduro aprovou no domingo passado, mas também para impor sanções econômicas a Maduro. Isso com veemência.

Aqui faço um apelo ao nosso governo brasileiro, através do Itamaraty, para que se pronuncie o mais urgente possível, e para que realmente tome posição e se imponha, como o maior país da América do Sul, com relação ao regime que o Sr. Maduro tenta implantar no seu país, a Venezuela, que quer expandir não só para o Brasil, mas também para o restante da América Latina. Isso é um absurdo!

Eu, como cidadão brasileiro, como Presidente da Frente Parlamentar Internacional da Câmara Legislativa, não poderia jamais me calar diante de tanta atrocidade do país vizinho, promovida pelo governo de Maduro. Então, peço aos colegas Parlamentares, e também ao Presidente, que leia a moção que apresentei aqui na Câmara Legislativa, que manifesta repúdio à nova assembleia constituinte na Venezuela, implementada pelo Presidente Nicolás Maduro, e sugere sanções

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

econômicas ao regime venezuelano que acaba de ser implantado através dessa constituinte fajuta.

Peço ao Sr. Presidente que leia esse expediente, e esse documento possa ser enviado, através da Câmara Legislativa, para o Itamaraty, ao Presidente da República do Brasil e também à Organização dos Estados Americanos – OEA, porque o que se faz hoje na Venezuela não pode jamais acontecer nem se repetir nos demais países latino-americanos, muito menos na América do Sul, muito menos no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas são as minhas palavras.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Lira. Quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento. É uma preocupação de todos nós enquanto cidadãos. Quero apenas registrar que o governo brasileiro, através do Governo Federal, já se manifestou contrariamente, inclusive em documentos oficiais. Então, muito obrigado, Deputado. É importante o registro desta Casa através de V.Exa., que é o legítimo representante, por intermédio da Frente Parlamentar Internacional.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, algumas coisas são muito engraçadas, não é? Aqui no Brasil, um presidente golpista não teve um voto, mas as pessoas o acham legítimo. A Venezuela tem um presidente eleito pelo povo da Venezuela. Convocou uma constituinte soberana, 8 milhões e 324 mil eleitores da Venezuela votaram. O povo foi às urnas e se manifestou. Esse Presidente tem o apoio da Suprema Corte da Venezuela, e tem o apoio das forças armadas. Portanto, acho que a melhor coisa que o Brasil faz é deixar a Venezuela cuidar dos problemas dela, e vamos cuidar dos nossos. A autodeterminação dos povos é a coisa mais importante que existe, e a vontade sagrada e soberana do povo da Venezuela tem que ser respeitada.

Portanto, não vamos falar, ainda mais falar de coisa que muita gente não sabe efetivamente o que está acontecendo na Venezuela. É uma disputa dos Estados Unidos, Deputado Wellington Luiz, que querem meter a mão no subsolo da Venezuela porque é repleto de petróleo. Eles querem o petróleo da Venezuela. O povo da Venezuela, eles querem que se dane.

Quero também, Deputado Wellington Luiz, parabenizar a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Deputado Raimundo Ribeiro. V.Exa. é um jurista. A imprensa deu, com grande alarde, a condenação do Governador Agnelo Queiroz em uma ação de improbidade movida contra ele, julgada pelo juiz Ciarlini. Pois bem, o Governador apelou, e a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Federal, no dia de hoje, anulou a sentença por unanimidade de votos. Decidiram que as testemunhas do Governador não foram ouvidas – logo, houve cerceamento de defesa – e mandaram refazer tudo novamente na vara, lá na fazenda pública. Essa é a posição correta do tribunal.

Por isso, acho que é bom – muita gente, Deputado Raimundo Ribeiro, quando vê uma condenação em primeira instância, já bate bumbos, pandeiros –, é bom sempre a gente lembrar que em tribunais, em instâncias, geralmente tem gente com juízo nessas instâncias. Juízes com juízo! Foi isso que aconteceu no caso do Governador Agnelo, que teve hoje aquela sentença anulada. Espero que a imprensa dê o mesmo destaque que deu antes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Certamente, é fundamental que se respeitem as instâncias, e esse aqodamento, às vezes, de alguns juízes acabam gerando todo esse descrédito.

No tocante à questão da Venezuela, temos que respeitar as posições. Eu, particularmente, compartilho do sentimento do nobre Deputado Lira. Acho que o que acontece lá é além do que querem os Estados Unidos. Enfim, cada um tem um sentimento. Entendo que, aqui no Brasil, também a Presidente Dilma não recebeu tantos milhões de votos sozinha, porque ninguém é eleito sozinho, era uma chapa. Se foi golpe, não ocorreu aqui, tanto que o Presidente está presidindo o País. Se fosse golpe, o Supremo Tribunal Federal deste País já teria adotado as devidas providências. O povo manifestou nas ruas a sua vontade de tirar aqueles que institucionalizaram a corrupção neste País. Pelo menos, foi o que disse o Joesley – todo mundo tem dado credibilidade à palavra dele –, o cagete, como bem diz o Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou uma pessoa que, apesar de morar numa cidadezinha igual a São Sebastião – cidadezinha no sentido de ser aconchegante, gostosa de se morar e de se viver –, leio bastante. Eu pesquiso muito, principalmente sobre questões internacionais. O que está acontecendo na Venezuela é algo muito além da vontade de um grupo, de pessoas que querem impor a qualquer custo uma ditadura a nível global, pelo menos a nível sul-americano. Isso jamais poderá acontecer aqui no Brasil.

Eu sei que grupos estão sendo catequizados nas escolas, nas universidades, nas igrejas, em algumas empresas, para pensar e agir de forma organizada dentro dos princípios do Sr. Hugo Chávez e também do Maduro, que, de tão maduro, está na hora de cair, de descer de seu pedestal. Querem implantar isso no Brasil, e não podemos permitir jamais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Com relação ao Presidente Michel Temer, querendo ou não, na minha concepção, ele está no poder por meios legais, porque obedeceu-se à Constituição do Brasil. Se o Temer foi golpista, como estão falando, a nossa Constituição implementa esse golpe, ela o permite. Tudo o que aconteceu foi pelos meios legais das leis brasileiras. Se são falhas ou não, são as nossas leis, e foram elas que permitiram que Michel Temer pudesse chegar ao poder. Se depois de estar no poder, surgiram denúncias, coisas contra ele, já é outra história. Agora, questionar, dizer que ele está lá por meio de um golpe é querer fazer uma lavagem cerebral no brasileiro e chamar todos nós de analfabetos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Lira. Compartilho das palavras de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wellington Luiz, ouvi atentamente a fala do nosso amigo Lira sobre a questão da Venezuela. Embora eu respeite a visão de S.Exa., eu queria colocar que fico impressionado com o poder que os Estados Unidos da América têm de influenciar o mundo, o Brasil, o Distrito Federal, a Câmara e alguns Deputados da Casa. Se tem um país em que os Estados Unidos tenta, há muitos anos, talvez há mais de quinze, derrubar o governo democrático é a Venezuela. Mas o povo venezuelano vem resistindo a sucessivas tentativas de golpe. Já tivemos todos os tipos de tentativas de golpe por lá – militar, jurídico –, várias tentativas de derrotar o ex-presidente Hugo Chávez e, agora, o Maduro. Mas o povo resiste e continua com o seu regime democrático. Resistindo, inclusive, ao bloqueio norte-americano. A gente sabe que, ali na Venezuela, há muito petróleo. Os Estados Unidos fazem isto no mundo inteiro: desestabilizam países para ter petróleo. Fez isso no Oriente Médio, fez aqui no Brasil, está por trás dos golpes militares que houve na década de 60, aqui na América Latina, no Brasil, e agora desse golpe que setores da direita, da imprensa, deram na Presidente Dilma. É impressionante o poder dos Estados Unidos. Ouvindo aqui o pronunciamento do Deputado Lira, pareceu-me até o Trump, o mesmo discurso do Trump no jornal ontem. É preciso que tenhamos mais cuidado, que nos aprofundemos mais sobre o tema.

Tenho muita vontade de conhecer a Venezuela e convido o Deputado Lira, que é o Presidente da Frente Internacional da Casa, para fazermos uma visita àquele país, a fim de constatarmos se é isso. Precisamos parar de acreditar no que diz a *Globo* e nos recados que mandam os Estados Unidos para cá. Temos de preservar a democracia em todos os países do mundo. A Venezuela é um exemplo de democracia e de resistência ao império Norte Americano, que quer mandar em todos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

os países do mundo. Respeito a opinião do Deputado Lira, respeito o artigo, mas não concordo de jeito nenhum com ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma informação correndo, de parcelamento dos salários, que tem deixado bastante apreensivos os servidores públicos do Distrito Federal. Eu queria sugerir que a Mesa Diretora solicitasse uma conversa com o Governador, o Secretário da Fazenda, a Secretaria de Planejamento, para saber sobre a veracidade dessa informação. Não consigo entender! Brasília – imagine V.Exa.! –, Sr. Presidente, recebe, seis meses antecipados, a informação de que, a partir do ano que vem, vai haver um crescimento no Fundo Constitucional de 4,72%. A receita cresceu agora 8,9%. Nós não estamos vivendo em período fácil. Todos estamos vivenciando um quadro de dificuldade, mas gostaríamos, de fato, de ter essa informação, de saber se ela procede ou não. Não é a primeira vez que o Governo levanta a possibilidade do parcelamento, mas, na hora, ele faz o pagamento sem maiores dificuldades. É importante a gente ter essa informação. Acho que o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deve estar presente.

Solicito a V.Exa., como Vice-Presidente da Casa, que peça, em nome da Mesa Diretora, uma reunião com o Governador. Há um quadro bastante preocupante entre os servidores públicos, a maioria deles com dívidas parceladas, no cheque especial. A taxa de juros mensal de cheque especial do BRB não é pequena.

Então, Sr. Presidente, faço essa solicitação antes que isso ocorra. Foi aqui, na última audiência de avaliação das contas, que levantamos essa pergunta, o secretário respondeu que o governo não cogitava parcelamento, mas, de repente, fomos surpreendidos com a possibilidade do parcelamento. Temos recebido inúmeros questionamentos, e peço socorro à Mesa Diretora desta Casa para saber se realmente o Governo tem condições de estabelecer um diálogo transparente, participativo, com esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pois, não, Deputado Wasny de Roure. Faremos isso com certeza absoluta. V.Exa. foi extremamente feliz na proposta, em que pese o Governo ter selecionado, por nível de tratamento nesta Casa, quem vai receber. Ele tem tido esse cuidado. Ele não consegue separar as questões políticas das questões partidárias. Mesmo assim, faremos a nossa parte, porque esse é o nosso papel. Entendo que o Governo está, mais uma vez, usando a hierarquia das necessidades. Ele coloca isso para que outras reivindicações extremamente importantes sejam colocadas de lado, e as pessoas se atenham

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

apenas àquilo que é legítimo: o direito de receber em dia o salário. Mas não podemos pecar apenas pelo achismo. Vamos fazer a nossa parte, conforme muito bem proposto por V.Exa. Sugiro – já tenho um membro da Mesa aqui ao lado, o Deputado Raimundo Ribeiro – aos demais membros da Mesa Diretora que a gente faça isso ainda amanhã, para que o Governo possa se manifestar, por meio das áreas responsáveis, sobre a proposta feita por V.Exa.

Agradeço. Faremos o devido encaminhamento.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e a todos os Deputados presentes as novidades trazidas a esta sessão.

Há muito tempo, venho dizendo que vivemos tempos muito estranhos. O Deputado Chico Vigilante teve a oportunidade de trazer aqui a informação de que uma sentença do Dr. Álvaro Ciarlini... É o mesmo juiz que, quando exerci o primeiro mandato, fez com que esta Casa tivesse 36 Deputados. Éramos 24 Deputados, Deputado Wasny de Roure, e ele determinou que fossem empossados mais 12 suplentes, sem o afastamento dos outros.

Eu também não consegui entender. Eu confesso que, passados nove anos, eu ainda não consegui entender isso, mas isso aconteceu. Esta Casa, inclusive, ficou numa situação esquisita porque os Deputados que assumiram queriam seus gabinetes, e não havia gabinete. A sede ainda era no final da Asa Norte, na Emater. Mas o Tribunal de Justiça, no alto da soberania daquela corte, pegou e reformou essa decisão a que V.Exa. se referiu, inclusive, por um elemento básico num processo judicial, a ausência de oitiva de testemunhas. Foi o que V.Exa. colocou, não é isso?

V.Exa. protestou porque, quando ocorreu a condenação em primeira instância, os tambores rufaram. As primeiras páginas de jornais eram tomadas para noticiar isso e talvez isso não aconteça agora na reforma.

Aí, eu quero me solidarizar com V.Exa. para dizer o seguinte: vejam só, acontece isso numa sentença de primeiro grau, ou seja, bem ou mal, passou pelo crivo de um membro do Poder Judiciário. Pior, Deputado Chico Vigilante, acontece quando alguém é meramente acusado nesta Casa. Disso nós tivemos exemplos recentes, quando foi deflagrada uma tal de uma operação draconiana, esquecendo-se de que, depois de Drácon, vem Sólon.

Quando foi deflagrada, esta Casa se encheu de vestais da moralidade querendo cassar mandato de Deputados. Era uma coisa extraordinária, Deputado Chico Vigilante. Eu mesmo tive vários pedidos para que fosse cassado meu mandato – e de outros Parlamentares. E o tempo se encarregou de mostrar que a Operação Drácon nada mais é do que uma ação idealizada pelo Governador Rodrigo Sobral

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Rollemborg em cumplicidade com amigos de infância. Interessante. Vejam: se as providências requeridas naquele momento tivessem sido adotadas, Deputado Wellington Luiz, nós estaríamos aqui, talvez, com pessoas que teriam sido expulsas desta Casa porque se fez um estardalhaço maior do mundo.

O ponto que eu quero tocar, Deputado, no meu entendimento, do alto de sessenta anos de idade que completo hoje, é que tem um poder que é soberano, e é soberano absoluto: o poder popular. Esse é o verdadeiro poder. Os três Poderes que Montesquieu imaginou há muito tempo são derivados do poder popular e existem para servir o poder popular. O grande problema é que, às vezes, os ocupantes desses Poderes não compreendem, Deputado Chico Vigilante, que estão ali para servir o seu patrão, que é a sociedade.

Então, eu vejo, por exemplo, membros do Poder Judiciário desenvolvendo teses jurídicas, fazendo um contorcionismo maior do mundo – como eu tenho visto atualmente – para dar à vontade popular estampada na lei uma interpretação que não é a interpretação daquilo que a vontade popular queria. Ou seja, só existe soberania absoluta para o poder popular, não para os outros Poderes, e muito menos para determinadas instituições.

Nossa, eu fico olhando assim, tem membro de instituição, Deputado Wellington Luiz, que desenvolve determinadas teses e o sujeito deixa até de ser primo legítimo de Deus e passa a ser tio de Deus, Deputado Ricardo Vale. Subiu na hierarquia familiar. Vou dar um exemplo aqui claro. Hoje, o Brasil está com os olhos voltados para o Congresso Nacional. E, sem embargo das vozes dissonantes pelas quais tenho o maior respeito, eu repilo a ideia de que o Presidente Temer não seja legítimo. Ele é legítimo, sim. Ele foi eleito juntamente com a Presidente Dilma. Deputado Wellington Luiz votou na Presidente Dilma como votou também no Presidente Temer. Outros companheiros também, e é normal que seja assim. O processo político é assim. É claro que um vice-presidente não é tão importante quanto um presidente. Isso é óbvio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado pela parte que me toca.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Quando me refiro a isso, falo do Palácio do Planalto, porque aqui o vice é quem manda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Advogado bom danado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Então, o que acontece? Eu entendo que o Presidente Temer na verdade tem legitimidade, sim. Agora, está com a popularidade em baixa. Nunca foi característica mesmo dele ser muito popular. Não mereceu o meu voto. Eu votei no Aécio, todos sabem. O que aconteceu é que, infelizmente para a história deste País, uma Presidente da República legitimamente eleita foi impitida. Assumiu a Presidência, conforme preconizado no texto constitucional, o vice-presidente. Tudo isso dentro dos limites estreitos da lei. De repente aparece no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Brasil um, na época o pessoal dizia que era o empresário chamado Joesley Batista, mas cumprindo a função de cagete e, treinado por uma delegada de polícia e um procurador da república, foi até o Palácio do Jaburu, às 10h40min da noite, e numa conversa nada republicana entregou para o Procurador-Geral Rodrigo Janot, que está saindo agora em setembro, uma gravação clandestina não autorizada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vejam a gravidade da coisa. Essa gravação no Palácio do Jaburu foi feita sem autorização do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Relator da Operação Lava Jato, mas com a aquiescência do Procurador-Geral da República, que tem como função, Deputado Lira, zelar, fiscalizar o cumprimento da lei. Vejam bem a gravidade do que estamos falando aqui e que nem sempre a imprensa noticia. Ela considera isso bobagem até porque tem também seus interesses.

Essa gravação fez com que o País ficasse paralisado por 25 horas, porque uma emissora de televisão, mais conhecida na alcova como vênus platinada, anunciou que o Presidente da República teria autorizado o Joesley a comprar o silêncio de algumas pessoas que estavam presas. O País ficou paralisado, Deputado Chico Vigilante, por 25 horas, e, quando a gravação veio a público, a história não era bem essa não. A história não é boa, mas não era essa. Mas aí o escândalo já estava feito.

Hoje, 2 de agosto, nós estamos com os olhos voltados para a Câmara dos Deputados para verificar se a Câmara dos Deputados, que representa a soberania popular, diferente da Câmara Alta, do Senado Federal, cujos Parlamentares, na verdade, representam as unidades da Federação... A Câmara dos Deputados, sim, é a Casa do povo, e está avaliando se autoriza o Supremo Tribunal Federal a processar, com suas consequências, o Presidente da República. É essa a história.

E, aí, quem tem interesse age movido pelo seu interesse. Eu vi uma emissora de televisão ameaçar. Veja bem, foi em tom de ameaça: nós vamos transmitir ao vivo, vamos estragar toda a nossa programação para transmitir ao vivo. Foi em tom de ameaça para ver se ameaçava os Parlamentares. Mas os Parlamentares foram ativos e assumiram suas posições. Aliás, por que não transmitem sempre ao vivo? Deviam transmitir sempre. Mas não, era apenas para isso.

Muito bem, nós vamos ter o resultado. Agora, o Presidente da República foi acusado. Não sei se todos tiveram a mesma preocupação, eu fiz questão de ler a peça acusatória, até porque desde os meus 21 anos eu sou advogado, então não me atrevo a falar sobre o que não conheço, principalmente no aspecto jurídico. Eu li, Deputado Wellington Luiz, toda a peça.

A acusação que repousa contra o Presidente Temer, Deputado Chico Vigilante, é a seguinte: é que ele recebeu propina da JBS e que o intermediário foi o senhor, então Deputado, Rodrigo Rocha Loures. Veja bem, olhe como é que foi a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

coisa: esse Rodrigo Rocha Loures foi acompanhado pela Polícia Federal, que filmou ele recebendo uma sacola em que, supostamente, havia quinhentos mil reais.

Mas olhe que coisa engraçada, parece aquela história de agente secreto com crachá: de repente o cara joga uma sacola em um carro, em um taxi, e aí um policial altamente treinado, que ganha bem, perdeu o cara de vista. Eu nunca vi um negócio desse! Você que é policial, Deputado Wellington Luiz! O cara, quando é policial, não perde ninguém de vista, mas perderam o cara de vista. E aí deixou de acontecer o fundamental, que era fazer chegar ao Presidente Temer os quinhentos mil, porque a acusação é: ele recebeu quinhentos mil por intermédio do Loures. Mas esqueceram de filmar.

Em resumo: a peça acusatória, sobre a qual eu poderia aqui tecer algumas considerações, mas não vou em respeito à instituição, em momento algum trazer qualquer indício, por menor que seja, qualquer suspeita de que aquele dinheiro possa ter sido entregue ao Presidente Michel Temer. Pode até ter sido, não estou dizendo que não foi. O que estou dizendo é que na descrição da peça acusatória isso não consta.

É por isso que várias pessoas que são do mundo do Direito estão dizendo que a peça é imprestável para o que se propõe. Imprestável aqui, pessoal, não é no sentido vulgar, é no sentido técnico que a gente no mundo jurídico fala.

Todos nós sabemos qual é a consequência de você admitir que o Supremo Tribunal Federal processe um presidente da república no exercício da presidência. É o afastamento do presidente, o afastamento imediato. E nós precisamos ter responsabilidade com este País.

Aqui eu não estou verificando apenas a questão econômica, porque economicamente também o País está muito mal. Mas o que eu estou dizendo é que, antes de nós termos compromissos ideológicos, partidários, políticos ou eleitorais, nós temos que ter compromisso com a Nação brasileira, que não suporta mais, num prazo tão pequeno, a troca permanente e contínua do maior governante que um país possa ter, que é um presidente da república.

Eu utilizei isso, Deputado Lira, para dizer o que aconteceu ontem aqui. Ontem, aqui, nós aprovamos um projeto com conteúdo econômico encaminhado pelo Governo do Distrito Federal. Até com severas restrições da minha parte porque, como acho que o governo local tem maus antecedentes, normalmente, em qualquer projeto de conteúdo econômico, eu tento descobrir o que está nas entrelinhas. Mas aprovamos porque entendemos que aquilo era bom para a cidade e, tão logo aprovamos, Deputado Wellington Luiz – acho até que V.Exa. já deu essa notícia aqui –, fomos ao Palácio do Planalto. Fomos eu, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, e o Deputado Wasny de Roure. Nós fomos lá conversar com a assessoria jurídica da Presidência da República para não permitir que o Presidente Temer vete um dispositivo que corrige um erro histórico que foi

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

cometido contra o Distrito Federal. Ou seja, o Presidente, sancionando o projeto de lei encaminhado pelo próprio Poder Executivo, estará corrigindo um erro histórico, nivelando, sob o aspecto tributário, todas as unidades da Federação da Região Centro-Oeste. E fomos acompanhados também do Secretário de Desenvolvimento Econômico e do Secretário de Assuntos Parlamentares, José Flávio.

E lá foi interessante, Deputado Lira, porque, num determinado momento, cáimos na realidade, estamos vivendo uma situação esquizofrênica. Olhem só: quem é que está pleiteando que o Presidente da República não vete um dispositivo que beneficia o Distrito Federal e que, sob o aspecto político e eleitoral, pode beneficiar o Governador do Distrito Federal? É a Oposição, porque lá só estavam eu – parece que sou da Oposição –, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Wasny de Roure e o Presidente da Casa – que não chamamos da Oposição, chamamos de independente.

Fizemos isso por quê? Porque, acima de qualquer coisa, Deputado Lira, nós temos que ter responsabilidade com a nossa cidade. O governo não se esforça em nada para melhorar a cidade. É necessário que a gente faça as coisas que o governo tinha que fazer. Inclusive porque será uma oportunidade única, na segunda-feira é que vai acontecer a sanção ou o veto. Já que o governo não faz, os Parlamentares estão fazendo. Tivemos notícia de que a bancada inteira de Deputados Federais do Distrito Federal, os oito, estiveram lá pedindo ao Presidente da República que não vete. Por quê? Porque não vetar vai significar geração de receita e renda para o Distrito Federal. E aqui todos sabem que isso vai beneficiar sob o aspecto político e eleitoral o governador que está aí. Claro, porque isso está sendo feito sob a égide dele, no governo dele. Aliás, estamos avançando, estamos tentando pedir que ele pare de fazer besteira em cima da Medida Provisória nº 759. Quer dizer, o Governo Federal coloca no colo dele a possibilidade de ser o governador que regularizou a situação de um milhão de pessoas nos condomínios. E ele dana a criar problema! Ora...

Então, essa nossa fala, Sr. Presidente, era no sentido de dizer o seguinte: é hora de tirarmos um pouco a roupa partidária, é hora de deixarmos de lado os aspectos ideológicos, até porque, hoje, Deputada Luzia de Paula, a situação não permite mais que os nossos olhos se voltem para situações que são importantes sob o aspecto ideológico e sob o aspecto político, mas são secundárias diante do quadro gravíssimo que vive o País e vive o Distrito Federal. Foi por isso que nós fomos ao Palácio do Planalto. Foi por isso que nós, sabendo que isso beneficiaria, sob o aspecto político, o Governador, fomos mesmo assim. E é por isso que a gente pede também para pararem com essa encenação de: "Ah, o Presidente Temer..." Pessoal, eu acabei de relatar aqui para todos vocês: a denúncia é desta forma, é defeituosa mesmo, e não existe nenhum ponto que faça uma ligação. Pode até aparecer, ao longo de investigações que ainda não foram feitas, mas o que vale é o que está na denúncia, e o que está na denúncia não caracteriza absolutamente nada com relação ao crime que foi imputado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Sr. Presidente, eu agradeço a paciência, a tolerância porque até presumo que eu tenha excedido os meus cinco minutos regulamentares. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. É importante isso, para que se esclareçam as coisas, porque se fala muito aqui, as pessoas ficam ouvindo a imprensa, isso e aquilo, mas, às vezes, quem fala isso tenta mesmo ludibriar com informações que nem sempre são verdadeiras.

Eu só complemento, Deputado – e dentro do meio policial nós sabemos disto – que, coincidentemente, as notas daquela mala eram as únicas que não estavam chipadas. Todas as demais estavam, aquelas não. Então essa é outra situação que nos causa enorme estranheza: por que exatamente aquelas notas não estavam também chipadas, se todas as demais estavam, exceto aquelas?

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a deferência de V.Exa. e também do Deputado Lira. Quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Raimundo Ribeiro, quando S.Exa. coloca que a Oposição sai para fazer uma defesa.

Eu, particularmente, diria a V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, que não espero nada diferente nem de V.Exa. nem do Deputado Wellington Luiz nem do Deputado Wasny de Roure, devido à nossa própria convivência, ao apreço que V.Exas. têm pelo Distrito Federal, à experiência que V.Exas. têm, tanto no mandato como também como pessoas. Não seria diferente.

Então quero aqui fazer esse agradecimento e dizer que eu nem sabia disso. Infelizmente talvez não tenham ido mais Parlamentares devido à falta do convite, que não foi feito, mas nós estávamos muito bem representados, esta Casa estava muito bem representada por V.Exas. Mesmo não tendo ido, me sinto representada. Tenho de agradecer, em nome do PSB, porque alguém esteve lá fazendo essa defesa. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula. Parte desse trabalho que hoje fazemos é inspirado na sabedoria de V.Exa.

Deputada, o que ocorreu com relação ao convite é que ele foi feito de manhã no Colégio de Líderes. Então aqueles Deputados que estavam lá é que acabaram participando efetivamente. V.Exa. não foi, mas a gente entende completamente. De fato, nós não estávamos lá, como bem disse o Deputado Raimundo Ribeiro, representando Base ou Oposição, nós estávamos representando não só a Câmara Legislativa, mas o povo do Distrito Federal, porque era uma causa muito maior. Então nós colocamos todas as diferenças de lado, ao ponto de o nosso ex-Vice-Governador ter vindo aqui e saído daqui direto para a Casa Civil para marcar a reunião. Então, de fato, foi um gesto de grandeza da Câmara Legislativa, não foi

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

de um grupo de Deputados. Foi de todos que aqui estavam presentes. As palavras de V.Exa. ecoam isso muito bem porque esse foi o sentimento de todos nós Parlamentares, pode ter certeza.

Sinta-se representada, porque essa é a forma como nós agimos.

Muito obrigado, Deputada.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero enaltecer o trabalho de V.Exa. e do Deputado Raimundo Ribeiro em ter comparecido a essa reunião lá no Palácio do Planalto. Eu realmente teria ido se tivesse sido informado com um pouco mais de antecedência. Quando tomei conhecimento de que iria uma comissão de Deputados lá ao Palácio do Planalto – uma ou duas horas antes –, eu já tinha toda uma agenda que não dava para ser desmarcada em cima da hora. De qualquer forma, eu me senti representado por V.Exas. Quero também aqui, como disse a Deputada Luzia de Paula, agradecer V.Exas. por terem tido essa iniciativa e terem colocado o DF acima de qualquer coisa, acima dos anseios pessoais de quem quer que seja. Isso foi muito importante. Quem ganha com isso é o Distrito Federal.

Eu sou uma pessoa que também apoia muito o setor produtivo. Acredito que, se conseguirmos fortalecer o setor produtivo, todos nós sairemos ganhando, porque quanto mais arrecadação tiver o DF ou tiver o governo, mais vai poder se investir em instituições de ensino, hospitais, enfim, vai ser bom para todo mundo. Eu fico muito triste quando vejo uma empresa do DF migrar para o estado vizinho. Ao invés de atrairmos empresas para o DF, estamos, às vezes, impedindo que elas cheguem até nós. Acredito que, a partir do projeto que foi votado ontem aqui na Casa e também desse decreto do governo, possa mudar um pouco a nossa realidade do DF do ponto de vista do setor produtivo, do ponto de vista econômico. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado, tivemos o cuidado também de informar o Subchefe da Casa Civil sobre esta situação: outros Parlamentares não foram em razão da agenda. Inclusive, nós saímos daqui e nós estávamos em sessão. Para V.Exa. ter ideia, a reunião foi marcada para as 15h, e a agenda do Subchefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, é extremamente concorrida. Para V.Exa. ter ideia, ontem passaram por lá vários Deputados Federais, não só do DF, mas de outros estados, pedindo o veto. Alguns estados pedem o veto, e outros pedem a sanção. Então, ontem foi uma verdadeira correria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Foi um trabalho muito bem feito, bem articulado para que a gente pudesse chegar lá nesse horário. Conseguimos adiar das 15h para as 17h e ainda chegamos atrasados, e o Subchefe da Casa Civil ainda fez a gentileza de nos esperar.

Então, a bem da verdade, houve uma série de atropelos, no bom sentido, mas pode ter certeza absoluta de que a ideia foi resolver. Volto a dizer: estávamos lá representando a Câmara Legislativa, tanto é que lá, em nenhum momento, fizemos referência a um grupo – estavam lá os secretários do atual governo –, deixando bem claro que não se partidarizou em nenhum momento essa discussão.

Então agradecemos a cada um de vocês.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, primeiro, parabenizar o Deputado Raimundo Ribeiro pelo pronunciamento que S.Exa. fez aqui de um pouco mais de cinco minutos. Em pouco mais de cinco minutos, S.Exa. falou algumas coisas com que eu concordo.

Infelizmente, o exercício da política vem sendo criminalizado, o político vem sendo criminalizado, e o Poder Judiciário tem muita culpa nisso, quando comete os seus excessos, quando, sem muitas provas ou sem prova nenhuma, acaba fazendo denúncias infundadas. V.Exa. tem sido vítima disso. Eu tenho um respeito muito grande por V.Exa. Eu tenho convicção de que V.Exa. é um homem honesto. A gente tem visto que V.Exa. e outros políticos, seja aqui no DF, seja aqui no Brasil, de certa forma, vêm sendo injustiçados. Eles acusam e depois você tem de provar. É uma situação muito ruim. Mas assim, no caso do Presidente Michel Temer diz-se que não tem provas contundentes com relação ao episódio daquele dinheiro do Rodrigo Rocha Loures, enfim, e de que não há provas concretas contra o Presidente Michel Temer, e por isso a gente precisa ter uma certa moderação no caso. Mas V.Exa., no caso do Presidente Lula e de outras figuras do Partido dos Trabalhadores, da própria Presidente Dilma, tem uma visão diferente.

V.Exa. por muitas vezes aqui, sem prova alguma, fez acusações, inclusive com juízes de primeira instância como esse Sérgio Moro, que é um juiz parcial, enfim, com outras denúncias da Procuradoria. Mas com o Presidente Lula, com o Partido dos Trabalhadores, com outros políticos, V.Exa. tem uma visão diferente. Eu acho um pouco de incoerência V.Exa. dizer que no caso do Presidente Temer é preciso que tenhamos um certo cuidado, e no caso do Presidente Lula, da ex-Presidente Dilma, enfim, de outras denúncias, principalmente com parlamentares do Partido dos Trabalhadores, é outra situação.

Eu parabenizo V.Exa., mas faço questão de falar isso, porque aqui nesta Casa V.Exa. é um dos que mais combate, critica e acusa seja o Partido dos Trabalhadores, seja o Presidente Lula. E no caso do Presidente Michel Temer eu

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

acho que as evidências são muito mais claras, muito mais fortes. Aquela gravação dele pedindo ao cara para continuar calando o Deputado Cunha são provas contundentes. Mas com o Presidente Michel Temer é um peso, com o Partido dos Trabalhadores, com Lula, com a Dilma, é outro.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, permite-me tecer uma breve consideração sobre o que V.Exa. colocou. E aqui não vai nenhuma tentativa de me vitimar não, mas tenho a impressão de que V.Exa. está sendo injusto comigo.

Eu aqui nesta tribuna já critiquei o PT sobre o aspecto ideológico. Todos sabem do nosso antagonismo. Mas o aspecto ideológico ele nunca será capaz de me fazer cegar, deixar de enxergar aquilo que eu considero correto.

Recentemente nós tivemos um episódio em que um Procurador da República convocou uma coletiva interplanetária para anunciar que iria fazer uma denúncia contra o ex-Presidente Lula. E colocou didaticamente num tal de *PowerPoint*, numa apresentação. Eu fiz a crítica aqui. Eu fiz a crítica, inclusive em cima de uma frase que foi usada pelo Procurador em que ele diz o seguinte: “Eu não tenho provas, mas eu tenho convicção”. Ora! Sua convicção você enfia aonde quiser. Mas o fato de você não ter provas não lhe permite condenar ninguém. E isso eu falei em todos os lugares aonde tive a oportunidade, inclusive aqui desta tribuna.

Aliás, eu sempre começava, quando eu ia falar alguma coisa do ex-Presidente Lula, eu sempre começava dizendo: todos aqui conhecem o meu antagonismo em relação ao Presidente Lula. Evidentemente que não é com relação à pessoa, é em relação à ideologia que ele representa. Agora, eu digo à V.Exa. sob os olhos de quem opera o Direito. Sob os olhos de quem opera o Direito, o caso específico do Presidente Michel Temer, e tenho conhecimento também sobre o caso específico do Presidente Lula, é diferente sim. No caso concreto, a acusação que o Sr. Procurador Rodrigo Janot fez ao Presidente é que ele teria recebido 500 mil de propina da JBS e que o intermediário foi o Sr. Loures, e, na peça, que é o ponto de partida de um processo, ele não consegue descrever por que ele interrompe o caminho do dinheiro no momento em que o policial perde o Loures, não há rastreamento para o chip.

Eu, por exemplo, sofri aqui uma tentativa de extorsão já como Deputado e acionei, até com o seu auxílio, a polícia. O sistema que ia ser utilizado, que é a coisa mais óbvia do mundo, hoje em dia, ninguém desconhece isso, é que seria colocado o dinheiro numa sacola, iria um chip nesse dinheiro e esse dinheiro seria seguido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Então veja, uma operação do porte dessa, da magnitude dessa – onde você ia comprovar que um presidente é corrupto porque recebeu uma verba, com uma polícia altamente especializada como a nossa, um Ministério Público altamente especializado como o nosso – e não tomaram esse cuidado? Por quê?

Parece-me, apesar de correr o risco de ser leviano, que há uma conjugação de fatores para derrubar o Presidente da República envolvendo instituições importantes. Parece-me. Vejam: eu não tenho nenhuma simpatia pelo Presidente Temer, mas, menos ainda, por sacanagem, isso não é comigo.

No caso do Presidente Lula, eu, assim como sempre fui um crítico da questão ideológica, não posso e não aceito quando as pessoas vêm, naquela avalanche das redes sociais, nas metades desses grupos que colocam a gente, dizer: “Ah, tá vendo? Tem que prender fulano”. Espera aí, pessoal, alguém aqui sabe quais são as razões de uma prisão? Primeiro é flagrante delito, ou por ordem – requisitos, hein, isso é condição *sine qua non* – escrita e fundamentada de um juiz. Aí eu fico olhando. Toda hora alguém é preso.

Pessoal, nós chegamos a um ponto no Brasil onde os caras estão sendo presos para ir delatar. Uai, pode? Antigamente não podia. Quando eu frequentei a Faculdade de Direito, isso não podia. Você não pode. Vejam bem: nem a ditadura militar chegou a tal ponto. Agora não. E isso eu já vi confessado por juiz em sentença.

O Juiz Sérgio Moro, por quem eu tenho o maior respeito, um dia desses, deu uma sentença que, eu confesso a vocês, estou lendo toda noite para tentar entender. Ele diz o seguinte, ele concede benefícios da delação premiada, mas ficam condicionados – eu nunca vi sentença condicionada – ao cara fazer uma delação premiada no caso não sei de quem. Olha, sinceramente, eu acho que eu estou ficando idiotizado, porque eu nunca vi isso em nenhuma faculdade de Direito.

Quando o Ministro Gilmar Mendes, que todo mundo tem restrição, e eu também, é claro que cada um de nós tem discordância, diz que existe o Direito Penal de Curitiba, é verdade. Está acontecendo no Brasil.

Desde quando alguns setores do Ministério Público fundaram a república do cagete, este País está de cabeça para baixo. É hora de a gente dar um freio de arrumação, parar e dizer: “Para aí, isso aqui é sério, rapaz, você está mexendo é com a liberdade das pessoas”.

Para aqueles – e aí eu prometo finalizar, Sr. Presidente – que não se lembram, quando em 1986 nós tivemos eleição neste País e elegemos Deputados Federais e Senadores para fazerem uma Constituinte, o sentimento que animava a todos era o sentimento libertário, porque nós estávamos acabando de sair de uma página horrível da história deste País. E os legisladores, sob a batuta do saudoso Ulysses Guimarães, fizeram questão de colocar lá na Carta Política, no novo tratado, que prisão antecipada só poderia acontecer em casos excepcionais. Olhem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

bem o texto, em casos excepcionalíssimos! O que se valorizou ali foi o ser humano. Ele, antes de ir à cadeia, tem que ter esgotados todos os recursos que a lei estabeleceu. Mas, de forma meio esquisita, lá embaixo, no mapa do Brasil, no estado do Paraná, começou a acontecer isso...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se V.Exa. me permite, já que nós não temos a pena de morte, o nosso bem maior do ser humano é a liberdade.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sim.

Veja que nós criamos um troço aí chamado condução coercitiva. Pessoal, “Está aqui, olha, é da polícia”. O meu chefe de gabinete é o ex-diretor da Polícia Civil e ele me diz o seguinte: “Ribeiro, eu mandava uma intimação para o sujeito e se o sujeito não fosse eu mandava de novo, e se o sujeito não fosse, aí eu mandava buscar”. Eu tenho conversado, como eu vivo bem no mundo jurídico, com diversos juízes e eles dizem o seguinte “Não, você intima. O sujeito não vai? Aí você manda buscar debaixo de vara”. Essa é a expressão, debaixo de vara.

Mas agora mudou tudo. Agora você vai dormir e quando dá seis horas da manhã você recebe a visita de promotor. Visita que você não convidou. Uai!

Esse País já está vivendo um regime de exceção. Ou nós temos a coragem, mesmo correndo o risco, Deputado Ricardo Vale, de ser dizimado, ou nós temos a coragem de denunciar esse estado de coisas ou então nós vamos nos arrepender amargamente pela nossa omissão. E o pior de tudo que ainda querem aumento salarial. Eu acho que chega, não é? Não dá para o sujeito ficar recebendo subsídio no teto, receber mais auxílio moradia e mais um monte de penduricalho para fazer o festival de besteira que está fazendo.

Então, eu só queria prestar esse esclarecimento e agradecer V.Exa. a paciência por ter me ouvido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Espero que esse absurdo desse reajuste, que não pode para ninguém, não possa para ninguém mesmo.

Solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro que nos auxilie secretariando a Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Agradeço às assessorias, agradeço a todos os que estiveram presente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02	08	2017	15h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Não há mais *quorum* para deliberação. Convido todos para a sessão de amanhã às 15h.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus e um forte abraço.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h35min)